

Encargos	
Os encargos suportados pelos participantes são utilizados para cobrir os custos de financiamento e funcionamento do Fundo. Estes encargos reduzem o potencial de distribuição de rendimentos aos participantes.	
<b>Encargos cobrados ao participante</b>	Os encargos de subscrição e de resgate correspondem a montantes máximos.
Encargos de subscrição [ ] %	Para mais informações sobre encargos, consulte o regulamento de gestão do Fundo, disponível em [ ].
Encargos de resgate [ ] %	
<b>Encargos específicos cobrados ao Fundo</b>	
Comissão de gestão [ ] %	
Comissão de depósito [ ] %	
<b>Informações práticas</b>	
Informações adicionais sobre o Fundo, incluindo o regulamento de gestão, relatórios e contas, bem como o valor da unidade de recuperação, podem ser obtidos nas instalações da entidade gestora em [ ], bem como no Sistema de Difusão de Informação da CMVM ( <a href="http://www.cmvm.pt">www.cmvm.pt</a> ) e serão enviados sem encargos aos participantes que o requerirem.	
Entidade gestora:	
Denominação: [ ]	
Telefone: [ ]	
E-mail: [ ]	
Sítio da Internet: [ ]	
Depositário:	
Denominação: [ ]	
Telefone: [ ]	
E-mail: [ ]	
Sítio da Internet: [ ]	
Auditor:	
Denominação: [ ]	
Telefone: [ ]	
E-mail: [ ]	
Sítio da Internet: [ ]	
A [identificação da entidade gestora] pode ser responsabilizada exclusivamente com base nas declarações constantes no presente documento que sejam suscetíveis de induzir em erro, inexatas ou incoerentes com outros documentos	
O presente Fundo foi constituído em [aaaa]-[mm]-[dd], com duração inicial de [indicação da duração] e encontra-se sujeito à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.	
A [identificação da entidade gestora] está autorizada em Portugal e encontra-se sujeita à supervisão do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.	
A informação incluída neste documento é exata com referência à data de [data da publicação].	

310835827

## ORDEM DOS ENFERMEIROS

### Declaração de Retificação n.º 708/2017

#### Regulamento Disciplinar

Por ter ocorrido uma incorreção no texto do Regulamento n.º 340/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 23 de junho de 2017, procede-se à devida retificação.

Assim, no art.º 52.º, n.º 8, onde se lê:

«8 — A reclamação prevista no número anterior considera-se pendente se, no prazo de 10 (dez) dias, não for proferida decisão que expressamente lhe negue provimento»

deve ler-se:

«8 — A reclamação prevista no número anterior considera-se procedente se, no prazo de 10 (dez) dias, não for proferida decisão que expressamente lhe negue provimento»

6 de outubro de 2017. — A Bastonária, *Ana Rita Pedrosa Cavaco*.  
310833478

### Regulamento n.º 555/2017

#### Regulamento de certificação individual de competências

##### Preâmbulo

A regulamentação do exercício profissional de Enfermagem é o garante do seu desenvolvimento, permitindo a salvaguarda dos direitos dos que exercem a profissão de Enfermeiro e das normas específicas que regem a profissão, potenciando, assim, a prestação de cuidados de Enfermagem de qualidade aos cidadãos.

É premente e notória a crescente diferenciação das várias áreas da Enfermagem, perante a complexidade dos conhecimentos, práticas e contextos, pelo que se torna necessário responder de uma forma dinâmica às necessidades e expectativas em cuidados de saúde da população.

Este processo de complexificação das necessidades de cuidados de saúde da população, cada vez mais diferenciados, e do alargamento

exponencial dos campos de atuação do exercício profissional autónomo do Enfermeiro e do Enfermeiro especialista, vem sendo acompanhado pela Ordem dos Enfermeiros, designadamente com a regulamentação das áreas de competências acrescidas e da atribuição do título de Enfermeiro especialista, de modo a fazer corresponder o enquadramento normativo da profissão à realidade hoje vivenciada.

Para a atribuição de competências acrescidas e para a atribuição do título de Enfermeiro especialista é imperioso atentar no percurso profissional dos Enfermeiros de modo a certificar as competências adquiridas no seio do respetivo desenvolvimento profissional. São a experiência profissional e os processos formativos dos Enfermeiros no seu todo, nos diferentes domínios de intervenção, que se visa certificar, de modo a permitir o posterior enquadramento numa situação de mais-valia profissional.

Por essa razão, impõe-se definir os termos e condições em que a Ordem dos Enfermeiros pode, a pedido de Enfermeiro ou de Enfermeiro especialista, certificar as competências adquiridas ao longo do exercício profissional.

Assim,

A Assembleia Geral da Ordem dos Enfermeiros, reunida em sessão extraordinária de 20 de setembro de 2017, ao abrigo do disposto nas alíneas *i*) e *o*) do artigo 19.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de abril, alterado e republicado em anexo à lei n.º 156/2015, de 16 de setembro, deliberou aprovar a proposta de Regulamento de Certificação Individual de Competências, apresentada pelo Conselho Diretivo, sob proposta do Conselho de Enfermagem, nos termos do disposto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 27.º, e da alínea *d*) do artigo 37.º, e após parecer do Conselho Jurisdicional, em cumprimento do vertido na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 27.º e na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 32.º, todos do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, bem como submissão a consulta pública pelo período de 30 dias, até ao dia 2 de setembro de 2017, com a seguinte redação:

#### Artigo 1.º

##### Âmbito e aplicação

1 — O presente Regulamento estabelece o regime da certificação individual de competências, no âmbito do procedimento da atribuição de competência acrescida Diferenciada ou Avançada, e ainda do procedimento de atribuição do título de Enfermeiro especialista.

2 — As disposições deste regulamento aplicam-se a todos os Enfermeiros e Enfermeiros especialistas com inscrição em vigor na Ordem dos Enfermeiros.

#### Artigo 2.º

##### Conceitos

Para efeitos do disposto do presente Regulamento, entende-se por: “Certificação de competências”, o ato formal que permite reconhecer, validar e certificar o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, nos diversos domínios de intervenção, direcionado a atestar a formação, experiência ou qualificação do Enfermeiro numa área diferenciada, avançada e ou especializada, bem como a verificação de outras condições exigidas para o exercício da Enfermagem.

#### Artigo 3.º

##### Competências

1 — Compete ao Conselho Diretivo a decisão final quanto ao pedido de certificação individual de competências.

2 — Compete, ainda, ao Conselho Diretivo aprovar o Júri para apreciar da certificação de competências e aprovar o respetivo Presidente do Júri, conforme indicação efetuada nos termos previstos no artigo seguinte.

3 — Compete ao Júri avaliar e elaborar parecer fundamentado sobre os pedidos de certificação de competências, o qual deve ser remetido ao Conselho Diretivo.

#### Artigo 4.º

##### Constituição do Júri

1 — Para a certificação de competências para efeitos de atribuição de competência acrescida Diferenciada, o Júri nacional é constituído por:

*a*) Dois elementos designados pelo Conselho Diretivo Regional de cada Secção Regional sob proposta do respetivo Conselho de Enfermagem Regional;

*b*) Cinco elementos designados pelo Conselho de Enfermagem, um por secção regional, e de entre estes um que presidirá.

2 — Para a certificação de competências para efeitos de atribuição de competência acrescida Avançada, o Júri nacional é constituído por:

a) Um elemento designado pelo Conselho Diretivo Regional de cada Secção Regional sob proposta do respetivo Conselho de Enfermagem Regional;

b) Um elemento designado por cada Mesa do Colégio das áreas que subscrevem a competência;

c) Cinco elementos designados pelo Conselho de Enfermagem, um por secção regional, e de entre estes um que presidirá.

3 — Para a certificação de competências para efeitos de atribuição do título de Enfermeiro especialista, o Júri nacional é constituído por:

a) Dois elementos da área de especialização a que o requerente se candidata designados pelo Conselho Diretivo Regional de cada Secção Regional sob proposta do respetivo Conselho de Enfermagem Regional;

b) Cinco elementos designados pela Mesa do Colégio da área de especialização a que o requerente se candidata, um por secção regional;

c) Cinco elementos da área de especialização a que o requerente se candidata, um por secção regional, designados pelo Conselho de Enfermagem e, de entre estes, um que presidirá.

#### Artigo 5.º

##### Processo

1 — O pedido de certificação individual de competências deve ser formalizado através de requerimento, dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo.

2 — Qualquer Enfermeiro ou Enfermeiro especialista pode habilitar-se à certificação de competências previstas no n.º 1 e n.º 3 do Artigo 4.º

3 — Qualquer Enfermeiro especialista pode habilitar-se à certificação de competências previstas no n.º 2 e n.º 3 do Artigo 4.º

4 — No requerimento, o Enfermeiro ou Enfermeiro especialista deverá descrever, circunstanciadamente, o seu pedido bem como o seu percurso formativo e profissional.

5 — O requerente deverá fazer acompanhar o requerimento de todos os documentos, em suporte informático, comprovativos da experiência profissional e das atividades formativas concluídas.

6 — O requerente poderá indicar, ainda, todos os trabalhos e artigos de índole científica que tenha publicado e as publicações em que, comprovadamente, tenha participado, juntando um exemplar de cada, em suporte informático.

7 — O Conselho Diretivo, sob proposta do Júri, pode rejeitar liminarmente o requerimento se constatar que o mesmo não cumpre o disposto nos números e artigos anteriores, após ter concedido, ao Requerente, por uma única vez, a possibilidade de, no prazo de dez dias úteis, aperfeiçoar o seu pedido, juntando os elementos em falta.

8 — O Júri pode solicitar ao requerente, aos demais órgãos da Ordem dos Enfermeiros, a Enfermeiros ou Enfermeiros especialistas ou a

qualquer entidade pública ou privada, informações adicionais que reputar convenientes para a apreciação do mérito do pedido formulado.

9 — A análise dos processos de desenvolvimento realiza-se com base em ponderadores predefinidos por forma a ajuizar em relação ao referencial definido para a certificação a que se propõe, nos termos do anexo I a este Regulamento.

10 — Em cada âmbito de intervenção são definidos os descritores necessários, verificando-se a sua aplicabilidade na certificação individual de competências no que respeita à atribuição das competências acrescidas Diferenciada e Avançada e à atribuição do título de Enfermeiro especialista.

11 — Na concretização deste processo são considerados ponderadores de maior e menor abstração, organizados em torno do “contexto” e do “percurso” de cada candidato, descritos no anexo I.

12 — No ponderador “contexto” são valorizados descritores relacionados com as condições do exercício profissional.

13 — No ponderador “percurso” são valorizados os descritores relacionados com o desempenho das funções de Enfermeiro e de Enfermeiro especialista nos vários domínios de intervenção.

14 — Concluída a análise da pretensão do requerente, o Júri deve remeter parecer, no prazo máximo de 90 dias úteis, devidamente fundamentado, ao Conselho Diretivo.

15 — O parecer do Júri deve ser dado a conhecer ao requerente, sendo concedido, ao mesmo, um prazo de dez dias úteis para, querendo, dizer o que se lhe oferecer.

16 — Decorrido o prazo referido no número anterior, quando o mesmo seja aplicável, compete ao Conselho Diretivo a decisão final quanto ao pedido de certificação individual de competências.

#### Artigo 6.º

##### Aplicação no tempo

1 — O presente Regulamento é aplicável aos processos iniciados após a sua aprovação e entrada em vigor.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a aplicabilidade do presente regulamento fica dependente da aprovação e entrada em vigor do regulamento de atribuição dos títulos de Enfermeiro e de Enfermeiro especialista, bem como do regulamento geral das áreas de competência acrescida.

#### Artigo 7.º

##### Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

20 de setembro de 2017. — A Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, *Ana Rita Pedrosa Cavaco*.

#### ANEXO I

##### Ponderadores do processo de certificação individual de competências

Âmbito	Descritores	Aplicabilidade		
		CA diferenciada	CA avançada	Título de Enfermeiro especialista
Contexto	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Reconhecimento de idoneidade formativa do contexto;</li> <li>— Existência de especialista(s) na área de atividade clínica para que solicita creditação;</li> <li>— Implementação dos PQCE;</li> <li>— Existência de supervisor(es) clínico(s) reconhecidos pela OE, na área de atividade clínica para que solicita creditação;</li> </ul>			
Percurso	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Tempo de exercício profissional;</li> <li>— Tempo de exercício profissional na área a que se candidata;</li> <li>— Supervisor reconhecido pela OE;</li> <li>— Experiência em supervisão clínica;</li> <li>— Experiência pedagógica (ensino de Enfermagem);</li> <li>— Experiência de coordenação/gestão de equipas (2 anos consecutivos);</li> <li>— Coordenação de programas de implementação dos PQCE;</li> <li>— Dinamizador reconhecido pela OE dos PQCE;</li> <li>— Membro/elo de ligação do grupo de SIE/CIPE;</li> </ul>			

Âmbito	Descritores	Aplicabilidade						
		CA diferenciada	CA avançada	Título de Enfermeiro especialista				
Percurso	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Membro de grupo(s) da qualidade;</li> <li>— Gestor de Risco;</li> <li>— Membro/elo de ligação do PPCIRA;</li> <li>— Membro de comissões, grupos de trabalho;</li> <li>— Experiência pedagógica/ensino de Enfermagem na área a que se candidata;</li> <li>— Responsável pela integração de Enfermeiros no contexto;</li> <li>— Membro de grupo(s) de trabalho na área de intervenção a que se candidata;</li> <li>— Coordenador/responsável pela formação em serviço;</li> <li>— Outros considerados relevantes.</li> </ul>							
Formação Formal	Formação realizada em instituição de ensino superior	Nível de formação		Creditada pela OE	Não creditada pela OE			
		Doutoramento	Na disciplina					
			Noutra disciplina					
		Mestrado	Na disciplina					
			Noutra disciplina					
		Licenciatura	Noutra disciplina					
		Pós-Graduação	Na disciplina					
			Noutra disciplina					
		CPLEE						
		Outros cursos (< 30 ECTS)	Na disciplina					
			Noutra disciplina					
		Outra formação	Formação em sociedades científicas (como formando/formador) Formação em entidades nacionais e internacionais com acreditação na área específica a que requiere certificação (como formando/formador) Formação promovida pela OE (como formando/formador) Outras formações (como formando/formador)					
		Atividade científica	Coordenador de centro(s) de investigação Membro de centro(s) de investigação Membro de órgãos científico/pedagógico da instituição de Ensino de Enfermagem Elemento de grupo(s) de trabalho de investigação, concluído, na área de intervenção Membro integrante de projetos de investigação na área a que se candidata Publicações científicas em livros de atas Publicações científicas em livros Publicações em revistas indexadas Publicações em revistas não indexadas Outras publicações Apresentação/autor de póster (área a que se candidata) Apresentação/autor de comunicações científicas (área a que se candidata) Membro de comissões científicas (evento(s) científico(s) na área) Membro de comissões editoriais em periódicos científicos e livros Membro de comissão organizadora em evento(s) científico(s) na área Orientação de trabalhos de investigação concluídos (i.e. projetos de investigação; teses; dissertações; relatórios de estágio; monografias; outros)					

Âmbito	Descritores	Aplicabilidade		
		CA diferenciada	CA avançada	Título de Enfermeiro especialista
	Júri de provas (i.e. doutoramento; mestrado; licenciatura; especialista do ensino superior; outra situação)			
<i>Atividades de interesse para a profissão</i>	Membro de órgãos estatutários da OE Fundador de sociedade(s) científica(s)/associações profissionais Membro integrante de sociedade(s) científicas/associações profissionais Membro portador de competência(s) acrescida(s) diferenciadas Título de especialista Decreto-Lei n.º 206/2009			

310833259

**Regulamento n.º 556/2017****Regulamento Geral das Áreas de Competência Acrescida****Preâmbulo**

A regulamentação do exercício profissional de Enfermagem é o garante do seu desenvolvimento, permitindo a salvaguarda dos direitos dos que exercem a profissão de enfermeiro e das normas específicas que regem a profissão, potenciando, assim, a prestação de cuidados de Enfermagem de qualidade aos cidadãos.

A Ordem dos Enfermeiros reconhece o desenvolvimento da atividade profissional e a gradação de complexidade das intervenções de Enfermagem exigidas pelos cuidados de saúde aos cidadãos e executadas pelos enfermeiros em múltiplos contextos, pressupondo a possibilidade de definição e reconhecimento das competências acrescidas.

As competências acrescidas são fruto da complexificação permanente dos conhecimentos, das práticas e contextos, adquiridos ao longo do percurso profissional do Enfermeiro e permitem responder, de uma forma dinâmica às necessidades em cuidados de saúde da população. Com efeito, atendendo à especificidade do campo de atuação do enfermeiro e do enfermeiro especialista, e com vista à melhoria e evolução dos cuidados de Enfermagem, estas competências potenciam progressivamente novos campos de atuação do exercício profissional autónomo do enfermeiro e do enfermeiro especialista. Assim, o reconhecimento destas competências acrescidas valoriza, por um lado, as dimensões da formação, teórica e prática, na área da Enfermagem ou complementares e, por outro lado, promove o reconhecimento do exercício profissional, respeitando a diversidade de contextos e enquadramentos profissionais. É sobretudo por essa razão que as competências acrescidas devem ser diferenciadas em dois níveis, atendendo à gradação da complexidade das intervenções de Enfermagem.

A crescente diferenciação das várias áreas da Enfermagem bem como a possibilidade de formação especializada, ou em áreas complementares à Enfermagem, em função das necessidades ou exigências profissionais de cada Enfermeiro, são realidades que vêm sendo acompanhadas pela Ordem dos Enfermeiros e que exigem adequação normativa.

Por essa razão, o regulamento n.º 100/2015, da Ordem dos Enfermeiros, de 12 de dezembro de 2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, de 10 de março de 2015, pelo seu cariz genérico, não mais se mostra adequado a concretizar a missão *supra*, impondo-se a definição do regime e da estrutura do processo de reconhecimento destas áreas de competências acrescidas que, *afinal*, serão certificadas tendo em consideração os processos formativos, formais e informais e a experiência profissional nos diversos domínios relevantes do percurso profissional do enfermeiro e do enfermeiro especialista.

Assim:

A Assembleia Geral da Ordem dos Enfermeiros, reunida em sessão extraordinária de 20 de setembro de 2017, ao abrigo do disposto nas alíneas *i*) e *o*) do artigo 19.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de abril, alterado e republicado em anexo à lei n.º 156/2015, de 16 de setembro, deliberou aprovar o projeto de Regulamento Geral das Áreas de Competência Acrescida, apresentado pelo Conselho Diretivo, com o contributo e audição do Conselho de Enfermagem, nos termos do disposto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 27.º e da alínea *p*) do artigo 37.º, e após parecer do Conselho Jurisdicional, em cumprimento do vertido na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 27.º e na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 32.º, todos do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, bem como submissão a

consulta pública pelo período de 30 dias, até ao dia 2 de setembro de 2017, com a seguinte redação:

**Artigo 1.º****Âmbito e aplicação**

1 — O presente regulamento estabelece o regime geral das áreas de competência acrescida, regendo o processo de reconhecimento das mesmas.

2 — As áreas de competência acrescida a serem reconhecidas ao enfermeiro e ao enfermeiro especialista podem ser, respetivamente de Diferenciada e de Avançada, podendo ser reconhecidas áreas que apenas preencham os requisitos para serem denominadas de Diferenciada ou de Avançada.

3 — As disposições deste regulamento aplicam-se a todos os enfermeiros e enfermeiros especialistas com inscrição em vigor na Ordem dos Enfermeiros.

**Artigo 2.º****Conceitos**

Para o efeito do disposto no presente Regulamento, consideram-se:

1 — “Competências acrescidas”, os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que permitem o exercício profissional a um nível de progressiva complexidade, nos diversos domínios de intervenção do enfermeiro e ao desenvolvimento técnico-científico da profissão, potenciando novos campos de atuação do exercício profissional autónomo:

*a*) Competências acrescidas Diferenciada: conhecimentos, habilidades e atitudes que dão resposta às necessidades, nos diversos domínios de intervenção, acrescentando, às competências do enfermeiro, a perícia e o desenvolvimento do conhecimento numa área de intervenção diferenciada que não colida com as competências comuns e específicas do enfermeiro especialista;

*b*) Competências acrescidas Avançada: conhecimentos, habilidades e atitudes que dão resposta às necessidades, nos diversos domínios de intervenção, acrescentando, às competências do enfermeiro especialista, a perícia fruto da complexidade permanente dos conhecimentos, práticas e contextos numa área de intervenção avançada, potenciando a promoção da qualidade da intervenção do enfermeiro especialista;

2 — “Processo Formativo”, o percurso de desenvolvimento e aprendizagem decorrente da formação, formal e informal, relevantes no percurso profissional do enfermeiro e do enfermeiro especialista. Identifica-se com as ideias de percurso, de trajetória profissional que inclui a formação profissional continuada, a ação e a experiência. Os princípios subjacentes ao processo apoiam-se nos saberes e competências adquiridas, em articulação com os projetos pessoais e profissionais, rentabilizando as aprendizagens efetuadas e dando ênfase à capacitação profissional;

3 — “Reconhecimento”, o processo de avaliação e verificação de conformidade, de competências e aprendizagens demonstráveis, aos critérios estabelecidos na Matriz de Reconhecimento das áreas de competência acrescida, em anexo ao presente Regulamento;

4 — “Atribuição de Competência”, o processo de qualificação orientado para potenciar o exercício profissional do enfermeiro e do enfermeiro especialista e que permite reconhecer, validar e certificar, competências adquiridas através de processos de aprendizagem ao longo da vida, em diferentes domínios do exercício profissional e em diferentes áreas disciplinares conferindo ao enfermeiro ferramentas para ultrapassar situações profissionais, com iniciativa e responsabilidade pela mobilização dos conhecimentos necessários a uma intervenção diferenciada acrescentando ganhos em saúde.